

À FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC

At.: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2022

Processo Administrativo n.º SEI-260005/002711/2021

KAIRÓS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 41.062.253/0001-77, com sede na Av. Embaixador Abelardo Bueno, n.º 01, Bl. 1, Sala 322, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-022, vem, muito respeitosamente, por seu representante abaixo assinado, nos termos das disposições legais aplicáveis, e com base no item 10.1 do presente Edital, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que inabilitou a empresa **KAIRÓS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas, as quais, por certo, ensejarão a habilitação da Recorrente; visto que, demonstraremos que a decisão exarada mostra-se equivocada, merecendo os devidos reparos, conforme expomos a seguir.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Observe-se que a licitação em voga ocorreu no dia 09 de março de 2022 (quarta-feira) e durante os tramites processuais a licitante esteve regularmente habilitada. Contudo, durante a retomada do certame; a licitante foi inabilitada; no qual nos autos que a Ata da Sessão Pública do certame registrada no dia **09 de maio de 2022 (segunda-feira)** constando que o prazo de interposição de recurso será de 05 (cinco) dias úteis, a contar de sua lavratura, de modo que, será findo o prazo no dia **16 de maio de 2022 (segunda-feira)**.

Logo, sendo o expediente recursal supramencionado protocolado pela Recorrente em **13 de maio de 2022 (sexta-feira)**, apresenta-se; portanto, TEMPESTIVO.

II - DOS FATOS

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, tornou público, a realização da licitação na modalidade Concorrência Pública N.º 001/2022, do tipo menor preço e regime de empreitada POR PREÇO UNITÁRIO; na forma do disposto no Processo Administrativo n.º SEI-260005/002711/2021, objetivando a contratação de empresa especializada, devidamente regularizada, para prestar, junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, obra de Reforma do CVT BUZIOS / FAETEC, Situado na Rua: Flexeiras, s/no - Baía Formosa – Marina – Búzios, Rio de Janeiro, que aconteceu no dia 09 de março de 2022, no qual a empresa **KAIRÓS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA** participou de acordo com primeira ata lavrada da citada licitação, tendo sido regularmente habilitada.

Durante a continuidade do procedimento licitatório; com a retomada da sessão em 09 de maio de 2022, de forma totalmente equivocada, a Recorrente restou inabilitada; por alegação da Douta Comissão de Licitação – COMISPE/FAETEC de análise documental firmada que esta “não apresentou atestado de capacidade técnica operacional, conforme exigido no item 6.2 do Termo de Referência”.

Logo, motivados por esta decisão incongruente; vimos demonstrar aspectos importantes relacionados a este certame, de cuja inabilitação da Recorrente merece ser revista, pelos fatos que teceremos adiante.

III – DO MÉRITO

III.1 – DA EQUIVOCADA INABILITAÇÃO DA LICITANTE KAIRÓS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Acudindo ao chamamento desta instituição para o certame supramencionado, a Recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

No entanto, mesmo com o zelo demonstrado pela Recorrente; a Douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob a alegação de afronta ao subitem 6.2., como segue *IPSIS LITERIS*:

6.2. Para Capacitação Técnico-Operacional:

6.2.1 Para fins de comprovação ao que se pede acima a empresa deverá ser apresentado atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, comprovando haver a empresa licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao desta licitação, em conformidade o disposto no art. 30, inciso II, §§ 2o e § 3o da Lei Federal no 8.666/93, que poderão constar de atestados diversos, desde que cada item esteja integralmente comprovado em um deles.

Descreveu a Douta Comissão de Pregão no documento de análise acoplado a Ata da licitação em questão sob a inabilitação da empresa:

A concorrente KAIROS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou atestado de capacidade técnica operacional, conforme exigido no item 6.2 do Termo de Referência.

Contudo, toda a documentação relativa à sua habilitação foi apresentada, não havendo motivos para inabilitar a Recorrente.

E, em se falando dos documentos apresentados, se analisadas os CAT's e Atestados, muitos deles **comprovam obras de superior complexidade em face do objeto desta licitação.**

A especificação contida no citado item 6.2 se refere à apresentação de atestado operacional da empresa e que pela NÃO apresentação de atestado operacional da empresa esta não foi habilitada.

Dessa forma, reforçamos que, mesmo que os CATs / Atestados apresentados pela licitante KAIROS tenham atendido plenamente ao objeto e suas especificações, restou inabilitada a empresa Recorrente por especificação ilegal contida no diploma editalício; e que precisa defender-se e demonstrar o procedimento correto; tendo como comprovar que a alegada inaptidão é fruto de requerimento de viabilidade impraticável; uma vez que, o entendimento da

Douta Comissão está equivocado e de ocorrência impossível pela norma; uma vez é declaradamente ilegal.

Ressaltamos que o atestado na forma que é solicitado no item 6.2 do termo de referência, não tem respaldo legal; uma vez que o CREA não registra atestados de capacidade técnica em nome de pessoa jurídica; ou seja, não existe atestado operacional em nome da empresa; como será explanado e demonstrado no presente recurso.

Vem a exigência de registro de atestados e no caso do órgão fiscalizador este só registra atestados em nome dos profissionais, está a verdadeira mens legislatórias: quanto a expressão: "devidamente listrados nas entidades profissionais competentes" encontrada no 12 do art. 30 da Lei de Licitações — Resguarda o interesse público não apenas nos casos em que existam conselhos ou ordens profissionais, como o CREA e a OAB, ou sindicatos, federações, confederações. Mas, sim, em todo e qualquer caso, ao máximo possível.

Portanto, não é dispensável a intervenção da entidade profissional, para assegurar a correção e a veracidade do atestado.

Por isso, ao disciplinar a capacitação técnica o legislador sempre teve em mente a melhor garantia do interesse público e por isso a exigência de registro. Portanto, a exigência de registro é plenamente aplicável, conforme a maioria da doutrina reconhece, porém em nome dos profissionais responsáveis técnicos da licitante.

A comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível e características, qualidades e prazos com o objeto da licitação, no caso de obras e serviços, será feita mediante atestados fornecidos por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, devidamente registrados pela entidade profissional competente.

Ademais, de acordo com a Resolução ne 1.025/2009 do CONFEA o seu artigo 48 define a que a capacidade técnico-operacional de uma pessoa Jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Ainda sobre o a exigência, esclarecemos que desde o ano de 2009, o CREA não registra atestado em nome de pessoa jurídica, por vedação imposta pelo artigo 55 da Resolução nº 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia CONFEA:

Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica

Ressaltamos que o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) é uma autarquia pública, responsável pela regulamentação das atividades profissionais relacionadas ao serviço contratado.

Sendo assim, em respeito ao princípio da legalidade e obediência às normas legais e principalmente à transparência pública e ampliação da disputa entre os licitantes, solicitamos que seja observado o artigo 55 da Resolução nº 1.025/2009.

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL X CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

Quanto a capacidade técnica de uma empresa é comum a exigência da comprovação de **Capacidade técnica profissional, pois configura a capacidade técnica dos profissionais, responsáveis técnicos, que compõe o quadro da empresa.**

O CONFEA é uma autarquia pública, responsável pela regulamentação e julgamento final atividades profissionais relacionadas à engenharia, então devem ser observadas as suas regulamentas legais, especialmente no que tange à contratação de serviços de engenharia.

A Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA em seu artigo 48, define claramente o que é a capacidade técnico profissional de uma pessoa Jurídica (capacidade técnico-operacional), conforme abaixo colacionado:

Art. 48. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Assim, podemos esclarecer sobre ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL que, observando a resolução nº 1.025/2009 do CONFEA, verifica-se que o edital se encontra deveras equivocado quanto às comprovações de qualificação técnica. Ao somar o artigo 55 - que proíbe a emissão de atestado de capacidade técnica em nome de pessoa jurídica - com o artigo 48, ambos da resolução 1.025/09 do CONFEA, fica visível que as exigências do edital não observam as prescrições legais que regulamentam a questão, por 02 (dois) motivos:

01 - Conforme anteriormente dito, o CREA não registra atestado de capacidade técnica em nome da pessoa jurídica Artigo 55 da resolução 1.025/09 CONFEA;

...(…)...

02-A capacidade técnica operacional (capacidade de uma pessoa jurídica) é comprovada pela certidão do CREA que comprove a empresa possuir responsáveis técnicos, detentores de acervo técnico registrado no CREA, compatíveis com o objeto contratado, conforme determinado pelo artigo 48 da resolução 1.025/09 CONFEA, supracitada.

Convém destacar que existem diversas decisões já proferidas quanto ao tema, conforme passaremos a expor. Este tema tem sido amplamente discutido, sendo que o Tribunal de Contas da União espousa o mesmo entendimento, conforme se depreende da leitura do Acórdão nº 128/2012 — 2ª Câmara - TCU, em cuja parte dispositiva foi recomendado à UFRJ, in verbis:

"Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011." (GRIFOS NOSSOS)

Vejamos diversas decisões já proferidas quanto ao tema, dentre elas:

"SÚMULA Nº 23 do TCE - Em procedimento licitatório, a comprovação da capacidade técnico-profissional, para obras e serviços de engenharia, se aperfeiçoará mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), devendo o edital fixar as parcelas

de maior relevância, vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos."

"SÚMULA N° 25 do TCE - Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços."

No caso de serviços de engenharia, o edital deve apenas exigir o atestado de capacidade técnica em nome dos responsáveis técnicos da licitante (capacidade técnico profissional), uma vez que a Resolução n.º 317/86, dispõe:

Art. 12 Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatíveis com as suas atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Art. 42 - O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais do seu quadro técnico e de seus consultores técnicos devidamente contratados.

Parágrafo único O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica variará em função de alteração do Acervo Técnico do seu quadro de profissionais e consultores.

Na verdade, todo o registro dos atestados, quando da realização de uma obra ou serviços, é feito **em nome dos profissionais e não da empresa**, tendo em vista a legislação do CONFEA acima apontada. A capacidade técnico-operacional da empresa é composta do quadro de profissionais que carregam consigo a experiência profissional adquirida com os trabalhos desenvolvidos.

O Manual de Procedimentos Operacionais para a aplicação da Resolução n.º 1.025, de 30 de outubro de 2009, elaborada pelo próprio CONFEA, não deixa dúvidas ao dispor que não é possível o registro de atestados de capacidade técnico o operacional para pessoas Jurídicas pelo fato de não poder ser emitida CAT (Certidão de Acervo Técnico) em nome de pessoas jurídicas, conforme os trechos transcritos abaixo:

CAPÍTULO III

...(…)....

1.5.2. Da capacidade técnico-operacional

Da leitura do art. 30, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, observamos que inexistente dispositivo legal na Lei de Licitações que obrigue o Crea ao registro do atestado para comprovação da capacidade técnico operacional, uma vez que esta exigência, constante do art. 30, §1º inciso II, foi vetada pelo Presidente da República por meio da Lei nº 8.883, de 1994, fundamentado nos argumentos de que esta exigência contrariava os princípios propostos no projeto de lei, como demonstra o extrato do veto abaixo transcrito:

Razões do veto: Assim se manifestou a Advocacia-Geral da União sobre estas disposições:

Reconhecidamente, a competição entre possíveis interessados é princípio ínsito às licitações, pois somente ao viabilizá-la o Poder Público pode obter a proposta economicamente mais vantajosa, barateando, assim, os preços de suas obras e serviços. Ora, a exigência de "capacidade técnico-operacional", nos termos definidos no primeiro dos dispositivos supra, praticamente inviabiliza a consecução desse objetivo, pois segmenta, de forma incontornável, o universo dos prováveis competidores, na medida em que, embora possuindo corpo técnico de comprovada experiência, uma empresa somente se habilita a concorrer se comprovar já haver realizado obra ou serviço de complexidade técnica idêntica à que estiver sendo licitada. Impõem-se, assim, expungir do texto os dispositivos em foco, que, por possibilitarem possíveis direcionamentos em proveito de empresas de maior porte, se mostram flagrantemente contrários ao interesse público.

Apesar do veto, contudo, é praxe os editais de licitação direcionada e tendenciosamente exigirem a comprovação da capacidade técnico-operacional das empresas – o que não acreditamos que ocorra nesta instituição - muitas vezes solicitando a emissão do CAT em nome da empresa contratada, situação que apenas poderá ser realizada em nome do profissional técnico e utilizado para participação das empresas nos certames.

CAPÍTULO IV

...(…)...

1.3 Recomendação

Esclarecer às comissões de licitação, aos profissionais e às empresas que ...(...)... o CREA não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo."

Logo, conforme determinação do CONFEA, do CREA, do TCU e da AGU, por ser impossível registrar no CREA um atestado de capacidade técnica em nome da licitante pessoa jurídica, deve-se somente exigir o ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE.

A Lei 8.666/93, em seu artigo 30, estipula que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

...(...)...

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; 1º A comprovação de aptidão referida no inciso do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências

...(...)...

I - capacitação técnico-profissional : comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

No caso de serviços de engenharia, qualquer exigência que não esteja prevista na Lei configura clara ilegalidade e inobservância da norma. Assim, quanto à qualificação técnica engenharia,

cabe à contratante apenas exigir o que está prescrito na Lei, qual seja, **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM NOME DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DA LICITANTE** não podendo, portanto, exigir atestado de capacidade técnica em nome da licitante.

A resolução do CONFEA é do ano de 2009. Assim, como esta empresa já sabia que o CREA não emitia atestado em nome da licitante, esta empresa nunca solicitou nenhum atestado, registrando e solicitando atestados somente em nome de seus responsáveis técnicos. Certamente, por que é indevido e não será recepcionado ou realizado pelos órgãos reguladores; tais como o CREA.

Reforce-se que, a empresa, com o objetivo de se adequar às normas legais, para participar em licitações, efetuou gastos e investimentos, dentre os quais, contratou responsáveis técnicos capazes de atender ao serviço licitado, sendo que agora, se vê impossibilitada de participar do certame, pois no edital constam exigências não previstas em Lei, o que não se pode admitir.

Assim, a Lei n.º 8666/93, prescreve que para fins de comprovação de capacidade técnica, as exigências deverão limitar-se à comprovação de capacidade técnica dos responsáveis técnicos da licitante, devendo ser respeitada esta limitação.

A ilegalidade de apresentação de capacidade técnico-operacional, além de latente, no presente caso, já foi objeto de apreciação por este Tribunal Federal, conforme jurisprudência abaixo:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO CAT. INABILITAÇÃO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICOOPERACIONAL QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMPROVADA LEGALIDADE. 1 - Em sendo a certidão de técnico - CAT documento hábil a comprovar a qualificação técnica do licitante, não se afigura legítima, na inabilitação da ausência de apresentação de atestado de capacidade operacional, na espécie. II Apelação e remessa oficial desprovidas. Sentença confirmada, (AMS 0000217- 732009.4.01.4200 / RR, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, QUINTA TURMA, eDJFI p. 848 de 30/08/2013)

Com base nesta conclusão, que foi determinada pela norma e não pela Recorrente, temos que a exigência editalícia ora atacada é totalmente ilegal, por falta de previsão legal que autorize a fazê-la.

Reitera-se que, na verdade; todo o registro dos atestados, quando da realização de uma obra ou serviços, é realizado em nome do profissional e não da empresa, tendo em vista a legislação do CONFEA/CREA acima apontada.

Não obstante a não concordância com tal exigência, está pacificado pela jurisprudência, conforme se depreende do Acórdão 1674/2018:

Acórdão 1674/2018 – Plenário. É irregular a exigência de que a atestado de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução - CONFEA 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes. (GRIFOS NOSSOS)

Na mesma esteira de pensamento, decidiu o Tribunal de Contas da União (TCU) em seu Acórdão 2326/2019:

Para fins de habilitação técnico-operacional em certames visando à contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes. (Acórdão 2326/2019-Plenário Relator: Ministro BENJAMIN ZYMLER) (GRIFOS NOSSOS)

Então, é cristalino afirmar que, a certidão de acervo técnico, sempre emitida em nome dos profissionais, só pode ser considerada para a empresa no que tange à comprovação da capacidade técnica profissional somente se o profissional estiver no quadro técnico. O que comprovou devidamente a Recorrente.

Assim, como pode uma empresa participar de uma licitação pública, na qual, o edital exija que seja apresentada uma documentação pela empresa que não se pode apresentar, pelo simples fato de ser inviável? O CREA não fornece Certidão de Acervo técnico (CAT) para pessoa Jurídica, fornecendo apenas para profissionais devidamente registrados. Tal inviabilidade trás enorme prejuízo ao interesse público ferindo o princípio da isonomia, da competitividade, e consequentemente do erário público.

III.2 – DA NECESSÁRIA REFORMA DA EQUIVOCADA DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA LICITANTE KAIRÓS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA.

O subitem 6.2.1, do item 6.2 solicita como requisito de qualificação técnico-operacional que a empresa RECORRENTE possua e apresente:

6.2. Para Capacitação Técnico-Operacional:

6.2.1 Para fins de comprovação ao que se pede acima a empresa deverá ser apresentado atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, comprovando haver a empresa licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao desta licitação, em conformidade o disposto no art. 30, inciso II, §§ 2o e § 3o da Lei Federal no 8.666/93, que poderão constar de atestados diversos, desde que cada item esteja integralmente comprovado em um deles. (GRIFOS NOSSOS)

Logo, a exigência de comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de atestados de capacidade técnico-operacional, **EM NOME DO LICITANTE** expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acervado no CREA, além de ilegal é impossível, vez que o CREA, desde 01/01/2011, não registra atestados em nome de pessoa jurídica.

Assim, o presente recurso possui completa sustentabilidade por comprovado e robusto o amparo legal acima demonstrado; tendo em vista ainda que a empresa recorrente apresentou os documentos exigidos no edital convocatório que viessem a comprovar o quanto alegado.

Dessa forma, a Recorrente tenta fazer com que esta nobre Comissão de Licitação, habilite a Recorrente, desconsiderando a decisão equivocada acerca da exigência irregular do subitem 6.2.1,

do item 6.2, por estar em desacordo com os entendimentos do TCU, da Lei 8.883/94 e principalmente com a Resolução 1.025 do CONFEA.

A clara demonstração desse equívoco pode ser reforçada pelo entendimento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras, que publicou a Concorrência Pública 003/2022 que tem por objeto à ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE COZINHA INDUSTRIAL E SEDE DA 1ª COMPANHIA DO CEFAP – VILA MILITAR, RIO DE JANEIRO; visto que, através dos questionamentos feitos por esta Recorrente foi deferido exatamente o mesmo tema pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras e trazemos também sua cópia em ANEXO 1 acoplado para visualização:

16/02/2022 16:32

SEI/ERJ - 28786868 - Despacho de Encaminhamento de Processo



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras
Subsecretaria de Obras e Projetos

À Superintendência de Licitações - SUPLIC
À Coordenação de Licitações - COOLIC

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, considerando o questionamento disposto no indexador nº 28745074, referente a Concorrência Pública 003/2022 que tem por objeto à **ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE COZINHA INDUSTRIAL E SEDE DA 1ª COMPANHIA DO CEFAP – VILA MILITAR, RIO DE JANEIRO, RJ**, informo abaixo o trecho do Edital de Licitação 8 (SEI nº 28140039):

"9.3.2 Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Concorrência, profissional ou profissionais de nível superior detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas no item 2.2.

(...)

9.3.4 Prova de possuir no Acervo Técnico da Empresa, atestado(s) de execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, averbados pelo CREA, emitidos por entidades de direito público ou privado, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas no item 2.2, os quais deverão estar acompanhados das certidões de acervo técnico ou alternativamente das anotações de responsabilidade técnica dos profissionais que participaram dos serviços descritos no atestado técnico, fornecido pelo contratante à construtora."

Diante do apresentado, o item do edital 9.3.2, solicita prova da empresa de possuir em seu quadro permanente profissional com Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo Conselho, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas no item 2.2.

O item 9.3.4 solicita prova da empresa de possuir acervo técnico da empresa, e conforme veto realizado através da Lei 8.883 de 8 de junho 1994 na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Resolução CONFEA Nº 1025 de 30/10/2009 os atestados de capacidade técnica operacional são definidos pelo conjunto de atestados dos técnicos profissionais que integram o quadro técnico da pessoa jurídica.

Sem mais para tratar no presente momento, despeço-me renovando votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=32098921&infra... 1/2

Frise-se que igualmente, expressou a Coordenação de Licitações – COOLIC que o que atesta a capacidade da licitante NÃO é ATESTADO OPERACIONAL DA EMPRESA – que por norma não existe, e sim ATESTADO PROFISSIONAL AVERBADO PELO CREA, o que foi plenamente apresentado.

Diante das ocorrências ilustradas, tendo em vista que as licitações públicas solicitam que seja observado o princípio da competitividade - circunstância que presume a necessidade de efetiva competição entre os licitantes, o que requer, portanto, mais de um particular, a verificação das situações acima aduzidas pode gerar a habilitação da licitante, no sentido de considerar os custos da empresa **KAIRÓS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, obstando o prosseguimento da competição e a busca do menor preço para a essa gestão pública, afastando o prejuízo de se ter um custo maior.

A ampliação da concorrência não significa estabelecer quaisquer condições para a disputa, mas, analisar, sempre que possível, a proporcionalidade das exigências para uma dada contratação. Não estabelecendo tão somente condições com formalismos excessivos, até por que cada bem e serviço possui a sua peculiaridade. Mas, a exigência demasiada, que figure desproporcional, deve ser rechaçada, dispersando no caso em apreço, um custo elevado para o ente público.

Assim, ante as CATs apresentadas, ante os atestados juntados, bem como face a situação fática quando da execução da obra, acima apresentada, resta lidimo e claro o direito da Postulante de ver reconhecida sua HABILITAÇÃO, posto que apresentou todos os documentos exigidos no edital convocatório para tal.

Por todas estas razões, não resta dúvida que examinada a situação posta com esteio nos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, formalismo moderado, e ampliação da disputa, o caso é de reforma da decisão desta Douta Comissão que na sessão pública do certame apegou-se em dispositivo editalício com interpretação equivocada excluindo potencial licitante, que estava devidamente regular.

VI – DO PEDIDO

Por todo o exposto, ante os esclarecimentos opostos, demonstradas pelas razões fáticas e jurídicas acima aduzidas, requer:

Inicialmente, seja acolhido o pedido de reconsideração, para que seja revista a inabilitação/desclassificação, com a consequente habilitação da empresa Recorrente no certame em epígrafe.

Na hipótese de indeferimento do pedido de reconsideração, requer seja o pedido de reconsideração convertido em recurso hierárquico, para o fim especial de acolhê-lo e dar-lhe provimento, sendo suspenso o certame até seu julgamento, com a consequente anulação do ato administrativo que considerou a Recorrente desclassificada, para o fim especial de considerá-la apta e habilitada a participar da presente licitação, ou não sendo o entendimento, o que se admite para argumentar, que seja revogado ou anulado o certame tendo em vista à lesão a ampla concorrência e legalidade, em prol da competitividade e economicidade.

Termos em que pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2022.



ANGELO EZILE
Arquiteto e Urbanista
CAU/BR Nº A32185-0

KAIROS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA.
ANGELO EZILE TEIXEIRA – ARQUITETO E URBANISTA
SÓCIO - PROPRIETÁRIO

ANEXO 1



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras
Subsecretaria de Obras e Projetos

À Superintendência de Licitações - SUPLIC

À Coordenação de Licitações - COOLIC

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, considerando o questionamento disposto no indexador nº 28745074, referente a Concorrência Pública 003/2022 que tem por objeto à **ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE COZINHA INDUSTRIAL E SEDE DA 1ª COMPANHIA DO CEFAP – VILA MILITAR, RIO DE JANEIRO, RJ**, informo abaixo o trecho do Edital de Licitação 8 (SEI nº 28140039):

"9.3.2 Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Concorrência, profissional ou profissionais de nível superior detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas no item 2.2.

(...)

9.3.4 Prova de possuir no Acervo Técnico da Empresa, atestado(s) de execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, averbados pelo CREA, emitidos por entidades de direito público ou privado, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas no item 2.2, os quais deverão estar acompanhados das certidões de acervo técnico ou alternativamente das anotações de responsabilidade técnica dos profissionais que participaram dos serviços descritos no atestado técnico, fornecido pelo contratante à construtora."

Diante do apresentado, o item do edital 9.3.2, solicita prova da empresa de possuir em seu quadro permanente profissional com Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo Conselho, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas no item 2.2.

O item 9.3.4 solicita prova da empresa de possuir acervo técnico da empresa, e conforme veto realizado através da Lei 8.883 de 8 de junho 1994 na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Resolução CONFEA Nº 1025 de 30/10/2009 os atestados de capacidade técnica operacional são definidos pelo conjunto de atestados dos técnicos profissionais que integram o quadro técnico da pessoa jurídica.

Sem mais para tratar no presente momento, despeço-me renovando votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=32098921&inf... 1/2